

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2026-09-10

Deposited version:

Accepted Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Alves, P. M. (2025). A participação das mulheres no movimento sindical durante o período revolucionário. In Pâmela Cabreira, Livia Casimiro Sampaio, Teresa Melo, Ana Catarina Maia e Ana Barradas (Ed.), *I Seminário Mulheres com História e o 25 de Abril de 1974* (pp. 45?55). Autónoma Edições. <https://doi.org/10.26619/978-989-9002-61-6>

Further information on publisher's website:

10.26619/978-989-9002-61-6

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Alves, P. M. (2025). A participação das mulheres no movimento sindical durante o período revolucionário. In Pâmela Cabreira, Livia Casimiro Sampaio, Teresa Melo, Ana Catarina Maia e Ana Barradas (Ed.), *I Seminário Mulheres com História e o 25 de Abril de 1974* (pp. 45?55). Autónoma Edições. <https://doi.org/10.26619/978-989-9002-61-6>, which has been published in final form at <https://dx.doi.org/10.26619/978-989-9002-61-6>. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

A participação das mulheres no movimento sindical durante o período revolucionário

Paulo Marques Alves¹

Iscte-Instituto Universitário de Lisboa e DINÂMIA'CET-ISCTE

1. Introdução

As mulheres sempre trabalharam, como Perrot (1987) foi a primeira a sublinhar. E também desde sempre participaram ativamente no processo histórico, como notou Woolf em 1929, enquanto lamentava que à época esse facto fosse olvidado, o que era indiciado pelo facto das bibliotecas universitárias não disporem de obras dando às mulheres o destaque a que tinham direito. Daí Woolf ter enfatizado a necessidade de reescrever a História. O seu apelo só se viria a materializar alguns decénios mais tarde, a partir da década de 70.

No campo da *militância no feminino*, nomeadamente da militância sindical, o silêncio só começou a ser quebrado nos anos 60, com a publicação da obra monumental de Guilbert (1966) sobre as militantes sindicais francesas do período anterior à I Guerra Mundial. Mas foi somente na década seguinte que a pesquisa tendo a militância das mulheres como objeto de inquérito sociológico se tornou mais relevante (e.g. Lewenhak, 1977; Maruani, 1979); Zylberberg-Hocquard, 1978), prosseguindo nos decénios seguintes. Não esqueçamos a obra, igualmente monumental, de Perrot (1973) e o *Le Maitron*, o grande dicionário biográfico do movimento operário e dos movimentos sociais em França, concebido por Jean Maitron em meados da década de 50 e que continua a ser atualizado. Hoje, é possível aceder *online* a todo o seu conteúdo, nomeadamente ao *Dictionnaire des Femmes*, que conta com 430 páginas com entradas de nomes de mulheres que participaram na Revolução Francesa, no “assalto dos céus” de 1793, na Resistência, ou foram militantes sindicais, sociais ou políticas. Muitas outras, permanecerão ainda certamente no esquecimento.

Em Portugal, o silêncio sobre a militância das subalternas, para utilizar o conceito gramsciano (Gramsci, 1999), foi ainda mais longo e profundo, com as mulheres militantes a encontrarem-se praticamente ausentes das obras dedicadas ou ao movimento sindical e seus militantes ou às mulheres, sejam elas produzidas pela academia ou por militantes. Esta é uma constatação verdadeira quer focalizemos o nosso olhar no dealbar do século XX quer o façamos

¹ Paulo Marques Alves é Doutor em Sociologia pelo ISCTE. Professor Auxiliar no ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, tem lecionado nos domínios das teorias sociológicas; das metodologias de investigação; e do trabalho, emprego e relações laborais, sendo investigador integrado do DINÂMIA'CET-ISCTE. É autor de várias publicações, integrando igualmente algumas redes de investigação e sendo membro do conselho de edição de diversas revistas científicas.

na atualidade e acontece num quadro mais vasto de um grande défice de estudos sobre o movimento sindical português.

Só no século atual é que a militância feminina nas várias expressões organizativas do movimento operário assumiu relevância, com os trabalhos de Baptista (2012, 2016) e Baptista e Alves (2022), centrados nas mutualidades, e com o livro de Santana (2009) e os artigos de Alves e Gama (2013) e Alves (2017, 2018, entre outros) focados no sindicalismo, sendo que no caso deste último autor, para diversos períodos socio-históricos, a que se acrescentam o artigo de Santos et al. (2022) e o livro de Seixas (s.d.).

Após o 25 de Abril, com a promulgação do Decreto-Lei n.º 215-B/75 de 30 de abril, que regulou o exercício da liberdade sindical, por força do seu art.º 42º, os sindicatos existentes tinham de proceder obrigatoriamente à revisão dos seus estatutos no prazo de sessenta dias e à eleição dos seus corpos gerentes num prazo de cento e vinte dias a contar da data de entrada em vigor do diploma. Posteriormente, o Decreto-Lei n.º 564/75 de 02 de outubro prorrogou estes prazos por mais trinta dias. Caso não fossem observados, as organizações seriam extintas. Deste modo, os meses finais de 1975 e o ano de 1976 foram épocas de intensa atividade eleitoral.

Este artigo tem por objetivo avaliar a participação das mulheres nas direções sindicais durante o período revolucionário e compreender quem eram as que ascenderam a cargos de direção sindical.

A principal conclusão é a da existência de uma presença feminina residual. Na maioria das associações sindicais não encontramos uma única mulher nas equipas dirigentes, incluindo em ramos de atividade em que já tinham um peso significativo na força de trabalho.

2. Sindicatos e mulheres: uma relação historicamente problemática

A relação das mulheres com os sindicatos revelou-se bastante problemática desde os primórdios do sindicalismo.

Apesar de as primeiras organizações do movimento operário – as *Friendly Societies* – que emergiram com a industrialização terem sido mistas, com o surgimento dos primeiros sindicatos, fundados por operários de ofício munidos de uma perspetiva exclusivista, cujo objetivo primordial era o de manter o estatuto das suas profissões no mercado de trabalho, rapidamente se disseminou no seio do movimento sindical uma atitude sexista relativa ao papel da mulher na sociedade e, em particular, à sua inserção no mercado de trabalho e nos sindicatos.

De acordo com Pasture (1997), o movimento operário terá sido contaminado pela cultura burguesa e a sua representação da sociedade e dos papéis que nela deveriam ser desempenhados por homens e mulheres: a estas estava destinada a esfera privada, exercendo o papel de

“cuidadoras”; aos homens, destinava-se a esfera pública, exercendo o papel de “provedores” do sustento da família. As mulheres libertar-se-iam assim do trabalho industrial, um trabalho penoso e para o qual não teriam as necessárias capacidades. Todavia, por detrás deste argumento paternalista, o que estava em causa era o facto de os sindicatos as verem como concorrentes, sendo utilizadas pelo patronato para manter os salários baixos.

Esta atitude enraizou-se e tornou-se dominante no movimento, ao ter sido protagonizada por três das suas principais correntes, que, se bem que muito díspares em termos das políticas sindicais, convergiram nesta questão. Primeiramente, a corrente anarcossindicalista e sindicalista revolucionária, fortemente influenciada por Proudhon e a sua misoginia, expressa em afirmações como a de que a mulher deveria permanecer na dependência do homem, por lhe ser inferior física, intelectual e moralmente, para não falar da defesa que faz em *Pornocratie* (1875) da possibilidade de o marido matar legitimamente a sua companheira, em determinadas situações, que explicita. Simone de Beauvoir acusá-lo-á de “rompe[r] a aliança entre o feminismo e o socialismo” (Beauvoir, 1987, 170). A corrente católica influenciada no campo do trabalho pela *Rerum Novarum* e mais latamente pela visão desta igreja sobre o papel das mulheres na sociedade. E a corrente reformista, onde se incluem os sindicatos ingleses. Para Pasture, a ela só escapou a corrente de filiação marxista que, com base nos princípios da igualdade e da emancipação, sempre defendeu o direito das mulheres ao trabalho assalariado, tal como plasmado por Bebel em *Woman and Socialism*, de cuja introdução consta a frase “*for there can be no liberation of mankind without social independence and equality of the sexes*” (Bebel, 1910, p. 9).

Os sindicatos tornam-se um reduto de homens, neles se consolidando uma cultura e uma dominação masculinas.

Com base nesta atitude sexista construiu-se toda uma política sindical discriminatória visando excluir as mulheres do mercado de trabalho ou, quando muito, segregá-las para ramos de atividade menos qualificados e de salários mais baixos. Para além da exclusão ou da segregação, outras práticas discriminatórias ocorreram, como a expulsão das mulheres de sindicatos; o impedi-las de usar da palavra nas reuniões de trabalhadores; o coartar-lhes a possibilidade de ascenderem a cargos de decisão nos sindicatos a que conseguiam aceder; ou a política sindical de cumplicidade com o patronato de reforço das desigualdades salariais entre homens e mulheres, ainda que executando as mesmas funções, em detrimento da luta pela sua eliminação.

Os sindicatos estão, assim na origem de um conjunto de desigualdades no mercado de trabalho e deram um importante contributo para configurar a divisão sexual do trabalho. Isso

sucedeu por toda a Europa, desde logo no Reino Unido, onde a prática do *closed shop* permitiu aos sindicatos britânicos negar a filiação sindical das mulheres, o que teve como consequência o vedar o seu acesso a muitos segmentos do mercado de trabalho.

Por toda a Europa, as mulheres responderam à discriminação criando sindicatos próprios. Todavia, a partir do início do século XX, a crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho levou o movimento sindical a adotar uma atitude pragmática. Por um lado, dispôs-se a garantir condições de trabalho, em particular salariais, iguais para homens e mulheres, de modo que o trabalho feminino não concorresse com o masculino, e, por outro, deixou de ostracizar as mulheres dado terem-se tornado um contingente importante que não devia ser negligenciado em termos de recrutamento.

A opção pela formação de sindicatos únicos com um carácter misto foi o resultado da evolução da atitude sexista para uma outra obedecendo a uma *lógica de organização*. Esta reorientação ocorreu de forma gradual, dada a manutenção das desconfianças, hesitações e resistências em relação às mulheres e a não abdicação da ideia de que o lar seria o local ideal para elas, tendo-se expandido somente após a IIª Guerra Mundial. Em consequência, tem-se assistido desde então a um processo de crescente feminização dos efetivos sindicais.

Contudo, este facto não tem sido acompanhado de um crescimento ao mesmo ritmo da presença feminina nos órgãos de direcção sindical, que se apresenta bem mais modesto. Torna-se evidente que existem dificuldades no acesso das mulheres aos lugares de responsabilidade, o que denota uma sua integração problemática no mundo sindical e a manutenção da hegemonia masculina.

Aparte um estudo da CISL (Confederação Internacional de Sindicatos Livres) de finais dos anos 90, citado por Ferreira (2002, p. 136), baseado num inquérito a que responderam dirigentes sindicais, que colocaram o ónus da fraca participação das mulheres primordialmente nelas próprias (falta de sensibilização para as questões sindicais; falta de coragem para enfrentar represálias; indisponibilidade devido às tarefas familiares), só depois surgindo a dominação masculina verificada neste tipo de organizações, a pesquisa sobre o que impede uma ampla participação das mulheres na vida sindical pode ser classificada em quatro categorias: os trabalhos que se centram exclusivamente em fatores de carácter macrossocial que extravasam os sindicatos; aqueles que se focam a nível meso, sublinhando as características dos sindicatos e os processos que neles ocorrem; os que defendem que se verifica uma mescla entre fatores exógenos e endógenos às organizações; por último, os que salientam que as organizações sindicais reproduzem as desigualdades de género existentes na sociedade.

Na primeira categoria, podem ser enquadrados os trabalhos de Le Quentrec et al. (2002), considerando que a situação é socialmente construída, derivando do facto de às mulheres se destinar a esfera privada, enquanto aos homens se destina a esfera pública, e de Chaison e Andiappan (1987) que, num estudo sobre as mulheres sindicalistas no Canadá, concluíram que estas militam mais nas *locals* e são mais frequentemente secretárias ou tesoureiras do que presidentes, o que se explicaria pela divisão sexual do trabalho.

A segunda categoria pode ser exemplificada pelo contributo de Healy e Kirton (2000), para quem a explicação se encontra nos sindicatos, que são oligarquias de género, com os dirigentes sindicais homens a tenderem a permanecer nos seus cargos, afastando quem desafia o seu poder, para isso usando os conhecimentos adquiridos e os recursos organizacionais e cooptando através de mecanismos formais e informais quem lhes é leal. A utilização destes processos aparelhísticos contribui para uma desigual construção das carreiras e para a constante reprodução da dominação masculina no sindicalismo.

A terceira categoria engloba um número diversificado de estudos, como os de Briskin (2006), que reteve quatro barreiras que as mulheres enfrentam em termos da sua carreira sindical – responsabilidades familiares; segregação profissional; culturas sindicais masculinas e estereótipos tradicionais de género – barreiras que foram posteriormente retomadas por Santos et al. (2022) e, em parte, no atinente à conciliação entre vida familiar, profissional e sindical e à construção masculina do sindicalismo, remetendo para os estereótipos de género, por Figueroa e Martínez (2019).

Por último, os estudos que centrados no conceito de “regimes de desigualdade” (Acker, 2006), afirmam que as estruturas organizacionais são permeáveis à “ordem de género” (Connell, 2002) dominante numa dada sociedade, reproduzindo-a. Desta forma, os sindicatos incorporam a ordem patriarcal vigente na sociedade envolvente nas suas estruturas, valores e práticas.

3. Os sindicatos e as mulheres em Portugal

A atitude sexista que foi dominante no sindicalismo europeu ao longo de várias décadas teve repercussões igualmente em Portugal, com o movimento sindical do dealbar do século XX, sob liderança anarcossindicalista e sindicalista revolucionária, a reagir de forma muito negativa à inserção das mulheres no mercado de trabalho. Disso é exemplo um artigo no jornal *O Corticeiro*, datado de 3 de outubro de 1929, onde se usava o argumento que fez o seu curso por toda a Europa: o trabalho das mulheres é de qualidade inferior ao dos homens, mas o patronato a elas recorre com o intuito de aumentar os seus lucros através do barateamento da força de

trabalho. A solução preconizada pelo articulista era a do movimento sindical impedir a entrada das mulheres nas unidades produtivas desta indústria, em detrimento de reivindicar salário igual para trabalho igual. Por seu lado, Emílio Costa, um dos principais ideólogos do sindicalismo desta época em Portugal, advogará que:

“Se se quer que a mulher governe a sua casa e eduque os filhos e tenha uma existência digna de uma pessoa civilizada, só há um caminho a seguir: trabalhar por todas as formas para que o ganho do homem seja suficiente para o sustento desafogado da família, e trabalhar para que os serviços domésticos possam ser feitos com menos esforço, menos tempo e mais limpeza.” (Costa, 1928, p. 54)

E acrescentava, focando-se em profissões mais qualificadas:

“A mulher, por mais complexa que seja, não pode ser essa criatura mista que vai ao escritório, ou ausculta doentes, ou estuda a defesa de um réu, perguntando ao mesmo tempo a si própria, com ansiedade, se o jantar estará em ordem.” (Costa, 1928, p. 58)

Para Costa, a mulher devia ficar livre das amarras do trabalho para se dedicar única e exclusivamente ao trabalho doméstico e à educação dos filhos, ficando reservado para o homem o papel de provedor da família.

Situações de discriminação são-nos reveladas pelos estatutos de algumas Associações de Classe, ao vedarem expressamente a filiação às mulheres ou ao conterem disposições que faziam depender a admissão das casadas de uma autorização do marido, bem como pelas obras de Alves e Gama (2013) ou de Seixas (s.d.).

Ainda que intervindo no movimento sindical, quer criando organizações próprias, como sucedeu na indústria de conservas e no calçado ou em profissões exclusivamente femininas, como as lavadeiras, as parteiras ou as empregadas de engomadoria, e participando noutras mistas, as quais, por vezes tinham “de ambos os sexos” na sua designação (por exemplo, a Associação de Classe União dos Operários Tecelões Mecânicos de Ambos os Sexos do Porto), protagonizado greves e participado noutras formas de ação coletiva, como também demonstraram Seixas (s.d.), Alves e Gama (2013) e Alves (2018), as mulheres estiveram, no entanto, excluídas das várias estruturas de cúpula do sindicalismo português nas primeiras décadas do século XX.

Para um tempo histórico posterior, e no contexto de um outro regime político, cuja ideologia professava o homem como “chefe de família” e o regresso da mulher ao lar, a estratégia visando a segregação das mulheres e a sua discriminação prosseguiu (e.g. Patriarca, 1990; Pimentel, 2000).

4. Metodologia

Neste artigo analisa-se a participação das mulheres nas direções e na liderança das organizações sindicais durante e no imediato período revolucionário. Para obter os dados referentes à feminização das direções sindicais e ao sexo das lideranças, utilizou-se a análise documental como técnica de observação, a qual incidiu nas fichas biográficas das equipas dirigentes publicadas no BTE (Boletim do Trabalho e Emprego), no JORAA (Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores) e no JORAM (Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira) na sequência das eleições sindicais realizadas em 1975 e 1976. Reteve-se apenas quem assumiu funções efetivas nas direções, não se considerando os/as suplentes nem as substituições que ocorreram durante os mandatos.

Com base na informação recolhida², verifica-se que foram realizadas 304 eleições (261 em sindicatos, nove em federações setoriais, oito em uniões de base territorial, e 26 em secções ou delegações de sindicatos³), dada a grande fragmentação do sistema sindical herdada do salazarismo e nunca revertida. Em 1975 realizaram-se 193 eleições (63,5%) e 111 (36,5%) ocorreram em 1976.

A informação quantitativa e qualitativa obtida foi inserida numa base de dados em SPSS *Statistics*, versão 29, comportando cerca de 50 variáveis, entre as quais se contam o nome da organização; a sua jurisdição; a pertença confederal; o tipo de sindicato⁴, no caso das organizações de primeiro nível; o número de homens e de mulheres eleitos/as; a proporção de mulheres na direção, a taxa de feminização das direções e o sexo de quem detém os principais cargos dirigentes.

² Existirão várias lacunas, com alguns sindicatos efetivamente existentes, e que certamente terão realizado eleições, a não terem publicitado os seus dirigentes. Desde logo, isso sucedeu com a Intersindical Nacional, que realizou o seu primeiro congresso em 1975.

³ Aquando do 25 de Abril, vários sindicatos tinham secções ou delegações de base territorial, bem como secções femininas. Se as primeiras se mantiveram, as segundas foram extintas.

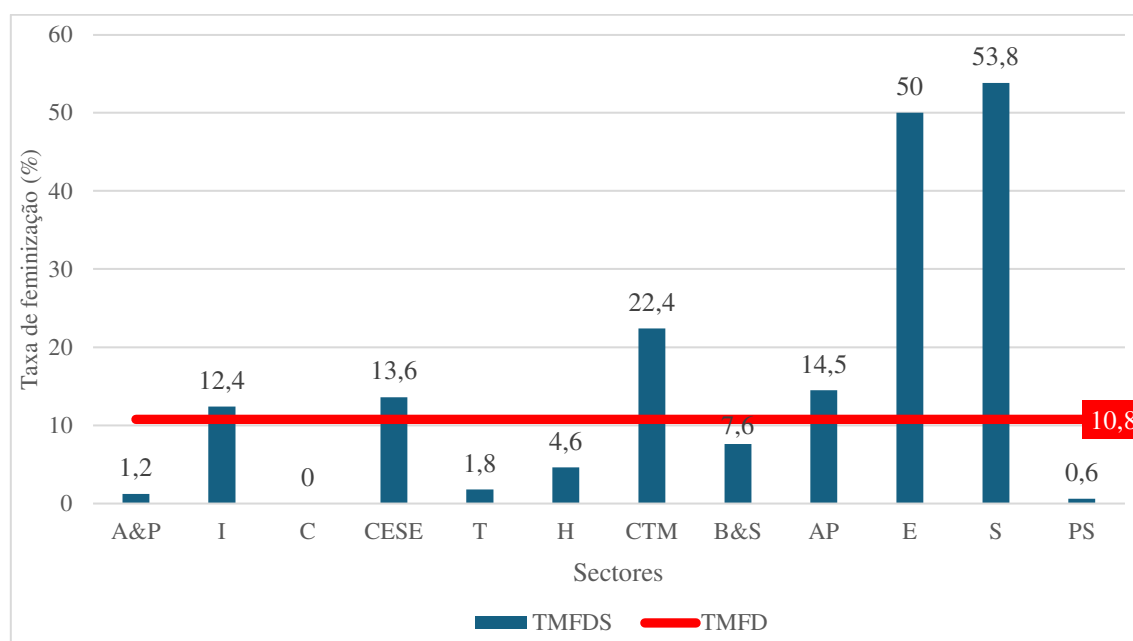
⁴ Os sindicatos foram tipificados da seguinte forma: ramo; profissão manual; profissão não manual; profissão científico-técnica, quadros; empresa/serviço.

5. A feminização das direções e lideranças sindicais

5.1. A feminização das direções

Em 1975-1976, a presença feminina nas direções das associações sindicais foi residual. Como se pode observar no Gráfico 1, a taxa média de feminização foi de apenas 10,8%.

Gráfico 1 – Taxa média de feminização das direções das organizações sindicais, por sector (%) em Portugal, em 1975-1976



Fonte: Cálculos próprios

Nota: A&P – Agricultura e Pescas; I – Indústria; C – Construção; CESE – Comércio, Escritórios, Serviços e Espectáculos; T – Transportes; H – Hotelaria; CTM – Comunicações, Telecomunicações e Media; B&S – Banca e Seguros; AP – Administração Pública; E – Educação; S – Saúde; PS – Plurissectorial (sindicatos com jurisdição em ramos que extravasam um sector de atividade)

Destacando-se bastante da média, encontravam-se a saúde (53,8%) e a educação (50,0%), sendo que neste caso o valor é referente somente a um sindicato. Acima da média encontravam-se também os sectores das comunicações, telecomunicações e media (22,4%), da administração pública (14,5%), do comércio, escritórios, serviços e espetáculos (13,6%) e da indústria (12,4%), apresentando os restantes sectores valores bastante inferiores ou até um valor nulo, na construção, indiciando a existência de profundos desequilíbrios, acompanhando as tendências verificadas no emprego.

Para este carácter residual, muito contribuíram as 207 eleições (68,1% do total) onde nenhuma mulher foi eleita e as 55 de que resultou uma taxa de feminização muito baixa⁵. Taxas

⁵ A taxa de feminização foi categorizada da seguinte forma: nula (0%); muito baixa (1,0%-20,0%); baixa (21,0%-40,0%); média (41,0%-60,0%); elevada (61,0%-80,0%); muito elevada (81,0%-100,0%).

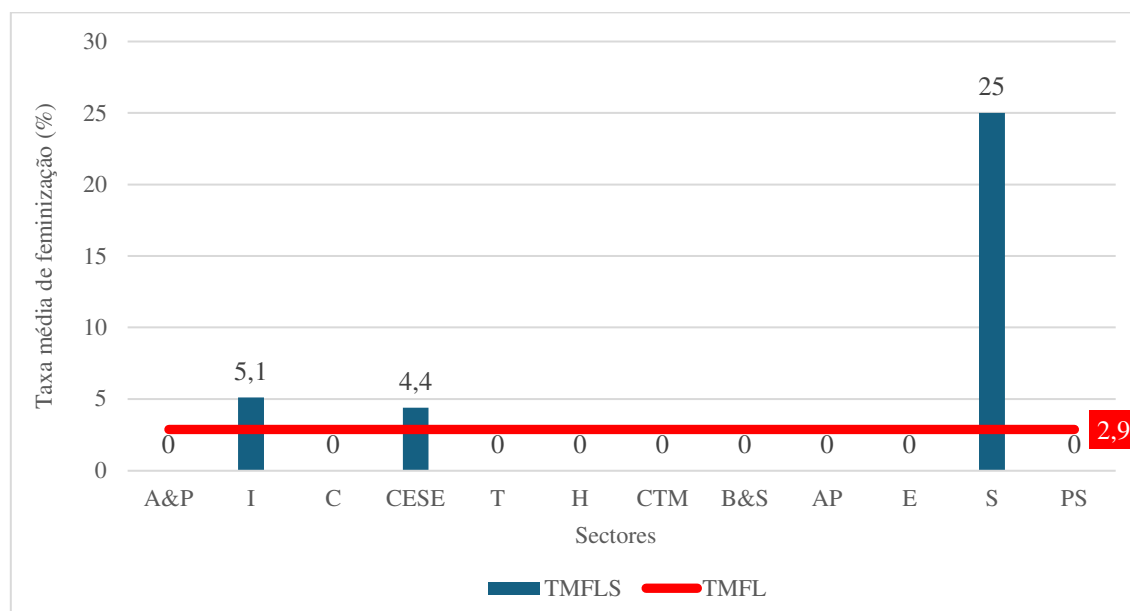
de feminização nulas são encontradas em 68,2% dos sindicatos; 77,8% das federações; 62,5% das estruturas territoriais; e 65,4% das secções/delegações. Uma análise segundo o tipo de sindicato mostra que a ausência de mulheres varia entre 42,9%, nos sindicatos de profissão científico-técnica, e 100,0% nos de quadros (apenas um sindicato), sendo de 85,4% nos de profissões manuais (76 organizações) e de 62,1% nos de ramo (77 estruturas).

Em contrapartida, encontramos oito organizações (seis sindicatos e duas secções sindicais) nas indústrias alimentar e têxtil, saúde e apoio social e serviços com taxas de feminização elevadas e cinco outras no têxtil, saúde e apoio social e nos serviços com taxas muito elevadas. Dois sindicatos apresentam uma taxa de feminização total: Sindicato Nacional dos Farmacêuticos e Sindicato do Serviço Doméstico.

5.2. A feminização da liderança

O Gráfico 2 evidencia que a liderança feminina das organizações se concentrou apenas em três setores: indústria; comércio, escritórios, serviços e espetáculos; e saúde e apoio social, todos eles apresentando valores ligeira ou acentuadamente acima da média de 2,9%.

Gráfico 2 – Taxas médias de feminização das lideranças sindicais por sector (%) em Portugal, em 1975-1976



Fonte: Cálculos próprios

Seis organizações tinham jurisdição no sector secundário, duas na saúde e apoio social e outras duas no comércio, escritórios, serviços e espetáculos. Na indústria, quatro organizações atuavam na indústria alimentar (dois sindicatos e duas secções) e duas no têxtil. No sector dos

escritórios, comércio e serviços, tratava-se de dois sindicatos do serviço doméstico e na saúde e apoio social, do sindicato das assistentes sociais, bem como o dos/as farmacêuticos/as.

No caso dos quatro sindicatos na indústria, o princípio organizativo de base era o ramo; na saúde e apoio social, estamos perante sindicatos de profissões científico-técnicas; e as duas organizações do serviço doméstico eram sindicatos de profissões manuais.

As mulheres lideravam oito associações sindicais em cujas direções eram largamente maioritárias – em cinco verificavam-se taxas muito elevadas e em três taxas elevadas –; numa com uma taxa média, mas superior a 50,0%; e noutra com uma taxa inferior a 50,0% (indústria de carnes de Setúbal, 42,9%). Homens eram líderes em três onde as mulheres estavam em maioria, sendo que em dois casos a taxa de feminização era elevada (vestuário do Porto, com 66,7%; barbeiros e cabeleireiros do Funchal, com 80,0%).

Apenas quatro mulheres eram vice-presidentes (contra 54 homens), treze eram secretárias (292 homens) e seis tesoureiras (244 homens). Porém, em relação a estas duas últimas funções há um elevado número de situações em que não foi possível apurar o sexo de quem as ocupava.

5.3. Caracterização sociodemográfica das mulheres dirigentes sindicais em 1975-1976

Ainda que relativamente escassa⁶, a informação disponível permite-nos fazer uma breve caracterização sociodemográfica das mulheres que ascenderam a cargos de direção sindical durante o período em análise.

Uma primeira ilação diz respeito às profissões. Elas distribuem-se da seguinte forma, de acordo com a atual CPP (Classificação Portuguesa das Profissões) (Quadro 1):

Quadro 1 – Distribuição das profissões das mulheres dirigentes segundo os Grandes Grupos da CPP

Grande Grupo CPP	N	%
0. Profissões das Forças Armadas	0	0
1. Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos	0	0
2. Especialistas das atividades intelectuais e científicas	70	40,9
3. Técnicos e profissões de nível intermédio	4	2,3
4. Pessoal administrativo	21	12,3
5. Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	14	8,2
6. Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	0	0
7. Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	6	3,5
8. Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	37	21,6
9. Trabalhadores não qualificados	19	11,1

Fonte: Cálculos próprios

⁶ No caso da profissão, ela é conhecida para 59,8% das dirigentes. No da idade, é conhecida para 66,1%. Muito menos frequente é a informação sobre o estado civil, conhecido apenas para 26,8%. Os dados relativos ao nível de habilitações literárias são praticamente inexistentes.

Evidenciam-se o Grande Grupo 2 (sobretudo graças às professoras, enfermeiras, farmacêuticas e assistentes sociais) e o 8 (neste caso, em grande parte devido a profissões da fileira do têxtil, em especial as costureiras). Por profissão, as mais representadas são “Professora” (25); “Trabalhadora de escritório” (21); “Costureira” (16) e “Trabalhadora de limpeza em casas particulares” (11).

Uma segunda conclusão que se pode retirar é a da forte juvenilização da população militante feminina. A média etária era de apenas 32,6 anos, variando as idades entre os 19 (uma dirigente do Sindicato dos Trabalhadores de Vestuário do Distrito do Porto) e os 58 anos (uma dirigente do Sindicato dos Profissionais das Indústrias Têxteis do Distrito de Coimbra). Se as dirigentes com mais de 50 anos constituíam apenas 4,8% do total, as que tinham até 30 anos inclusive totalizavam 49,2%.

Em relação ao estado civil, dada a juvenilização da população e tendo em conta que há autores/as que referem a existência de uma propensão maior para a militância entre as mulheres não casadas, seria de supor que encontraríamos, nomeadamente, um número de mulheres solteiras muito superior ao de casadas. No entanto, os dados relativos a 75 mulheres não confirmam esta hipótese. As não casadas eram 42 (39 solteiras, duas viúvas e uma divorciada) sendo as casadas 33.

6. Conclusão

O movimento sindical nasceu androcentrado, ao ter sido fundado por operários de ofício. Essa marca originária levou à consolidação no movimento, praticamente desde os seus primórdios, de uma atitude sexista que visou excluir as mulheres do mercado de trabalho e dos sindicatos, a qual perdurou durante decénios. Essa atitude foi transversal às correntes dominantes do movimento e perpassou por todo o continente europeu. As mulheres responderam fundando organizações próprias, o que também sucedeu em Portugal.

Na Europa, a partir do início do século XX, mas fundamentalmente após a IIª Grande Guerra, e em Portugal após o 25 de Abril, os sindicatos procederam a uma mudança estratégica visando passar a organizar os enormes contingentes de força de trabalho feminina que afluíam ao mercado de trabalho. No entanto, a *militância sindical no feminino* continuou a ser menos intensa do que a masculina, ao ser travada por fatores de índole diversa.

Os baixos níveis de feminização das direções e das lideranças das associações sindicais no período revolucionário são surpreendentes. À partida, seria expectável uma maior presença feminina. As mulheres tiveram uma participação ativa no processo revolucionário. Encontramo-las nas comissões de moradores; na ocupação de espaços devolutos para serem

transformados em creches; na fundação de associações de índole diversa; na constituição de cooperativas; nas campanhas de alfabetização; na Reforma Agrária; nas empresas, protagonizando greves, ou tomando mesmo a sua gestão nas suas mãos, como sucedeu na Sogantal, caso estudado por Cabreira (2024), ou na Naturana. Contudo, nas direções sindicais, a presença feminina foi residual, com estas organizações a permanecerem um reduto masculino. Na maioria dos sindicatos não encontramos sequer uma única mulher.

Os dados evidenciam um duplo processo de segregação, horizontal e vertical. Segregação horizontal porque a feminização das direções e das lideranças era mais elevada onde a feminização do emprego também o era (indústria têxtil, educação, saúde) e era inexistente ou muito pouco expressiva onde a feminização do emprego era mais reduzida (por exemplo, na agricultura e pesca ou nos transportes). No fundo, o movimento sindical reproduzia as assimetrias existentes no mercado de trabalho, em resultado da divisão sexual do trabalho.

Em termos da segregação vertical, a reduzida expressão da feminização das equipas dirigentes atinge inclusivamente organizações com jurisdição em ramos de atividade onde a proporção de mulheres era relevante na força de trabalho. Um exemplo é-nos dado pelo Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul, cuja primeira direção contava apenas com 13,3% de mulheres (duas em quinze dirigentes) e onde pontificavam três homens – Manuel Lopes, Joaquim Venâncio e Edmundo Reis⁷. No entanto, no âmbito de jurisdição deste sindicato, para além das duas empresas já referidas, as mulheres protagonizaram greves ao longo do período revolucionário em várias outras: Gefa, HellyHansen, Simões & C.^a, Cintideal, Mafalda, Melka, Charminha, etc..

Em conclusão, mesmo no período revolucionário são manifestas as desigualdades estruturais entre homens e mulheres no acesso aos cargos de decisão e de liderança nos sindicatos.

A situação verificada está na origem de um debate no movimento sindical, o qual na fileira do têxtil remonta logo a 1976. Nesse ano, o I Congresso da FESETE considerou uma prioridade que os sindicatos seus filiados tivessem “como preocupação chamar as mulheres à participação em todos os aspetos da vida sindical [e] criar-se departamentos para estudo e organização dos problemas da mulher no sector” (FESETE, 1976, p. 35).

⁷ A situação apresentava-se bastante mais favorável nos secretariados locais de Almada, onde a taxa de feminização era de 80,0% e a liderança pertencia a uma mulher, e de Torres Novas, com uma taxa de 40,0%. Em sentido contrário, no de Moscavide, a taxa era nula.

Bibliografia

- Acker, J. (2006). Inequality regimes: Gender, class, and race in organizations. *Gender & Society*, 20(4), 441–464. <https://doi.org/10.1177/0891243206289499>.
- Alves, P. M. (2017). Da exclusão à sub-representação – dois séculos de relações problemáticas entre sindicatos e mulheres. *Journal of Studies on Citizenship and Sustainability* (3), 158-177.
- Alves, P. M. (2018). Sindicalismo, sexismo, separatismo: A Associação de Classe das Operárias das Fábricas de Conservas de Peixe de Setúbal. Em C. Teixeira (Org.), *Atas do II Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal* (pp. 163-176). IHC - Instituto de História Contemporânea 163 - 176
- Alves, P. M., & Gama, O. (2013). A militância no feminino nos primórdios do sindicalismo em Portugal. *UBIMUSEUM – Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior*, (2), 183-195. Disponível em: <http://www.ubimuseum.ubi.pt/n02/docs/ubimuseum02/ubimuseum02.paulo-alves-olinda-gama.pdf>
- Baptista, V. (2012). Participação feminina no movimento mutualista – do final da Monarquia ao Estado Novo. *Ler História*, (62), 31-51.
- Baptista, V. (2016). *Proteção e direitos das mulheres trabalhadoras em Portugal, 1880-1943*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Baptista, V., & Marques Alves, P. (2022). Women in the mutual societies of Portugal from the end of the nineteenth century to the 1930s. Em E. Betti, L. Papastefanaki, M. Tolomelli, & S. Zimmermann (Eds.), *Women, work and activism. Chapters of an inclusive History of labor in the long twentieth century* (pp. 35-57). CEU Press.
- Beauvoir S. de. (1987). *O segundo sexo*. Bertrand Editora.
- Bebel. A. (1910). *Woman and socialism*. The Co-operative Press.
<https://www.marxists.org/archive/bebel/1879/woman-socialism/index.htm>.
- Figueroa, E. B., & Martínez, B. R. (2019). Participación de mujeres en el movimiento sindical. Análisis desde la perspectiva de los recursos de poder. *Sociología del Trabajo*, (95): 53-72. <https://doi.org/10.5209/stra.66435>.
- Briskin L. (2006). *Union leadership and equity representation*.
http://www.genderwork.ca/gwd/wp-content/uploads/Briskin_Union-Leadership_Paper_April_2006.pdf
- Cabreira, P. P. (2024). *Operárias em luta. Reivindicações e resistência nas fábricas durante o PREC (1974-1975)* [Tese de doutoramento, IHC].
- Chaison, G. N., & Andiappan, P. (1987). Profiles of local union officers: females vs males. *Industrial Relations*, 26(3), 281-283. <https://doi.org/10.1111/j.1468-232X.1987.tb00712.x>
- Connell R. W. (2002) *Gender*. Polity Press.
- Costa, E. (1928). *As mulheres e o feminismo*. Seara Nova.
- Ferreira, V. (2002). O efeito Salieri: O sindicalismo perante as desigualdades entre mulheres e homens no emprego. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (62), 121-148.
- FESETE. (1976). *Conclusões do congresso dos trabalhadores têxteis, lanifícios, vestuário, cordoeiros e tapeteiros de Portugal*. FESETE.
- Gramsci, A. (1999). *Cadernos do cárcere* (Vol. 1). Civilização Brasileira.
- Guilbert, M. (1966). *Les femmes et l'organisation syndicale avant 1914*. CNRS.
- Healy, G., & Kirton, G. (2000). Women, power and trade union government in the UK. *British Journal of Industrial Relations*, 38(3), 343-360.
<https://doi.org/10.1111/1467-8543.00168>.

- Le Quentrec, Y., Rieu, A., & Lapeyre, N. (2002). Femmes dans la prise de décision politique et syndicale: pour quels changements? *UTINAM – Revue de Sociologie et d'Anthropologie*, (5), 59-85.
- Lewenhak, S. (1977). *Women and trade unions: an outline history of women in the British trade union movement*. Benn.
- Maruani, M. (1979). *Les syndicats à l'épreuve du féminisme*. Syros.
- Pasture, P. (1997). Feminine intrusion in a culture of masculinity. Em P. Pasture, J. Verberckmoes, & H. de Witte (Eds.), *The lost perspective* (pp. 218-238). Aldershot.
- Patriarca, F. (1990). *Processo de implantação, lógica e dinâmica de funcionamento do corporativismo em Portugal*. [Tese de doutoramento, ICS].
- Perrot, M. (1973). *Les ouvriers en grève. France, 1871-1890*. Mouton.
- Perrot, M. (1987). Qu'est-ce qu'un métier de femme? *Le Mouvement Social* (140), 3-8.
- Pimentel, I. F. (2000). *História das organizações femininas no Estado Novo*. Círculo de Leitores.
- Proudhon, P.-J. (1875). *Pornocratie, ou les femmes dans les temps modernes*. Librairie Internationale.
<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k111425h.r=La+pornocratie%2C+ou+Les+femmes+dans+les+temps.langFR>
- Santana, V. (2009). *Género nos sindicatos. Igualdades, desigualdades e diferenças*. MTSS/DGERT.
- Santos, M. H., Cerqueira, C., & Cruz, R. V. (2022). Gender asymmetries in Portuguese trade unions: The case of the CGTP-IN. *European Journal of Women's Studies*, 29 (1), 54–71.
<https://doi.org/10.1177/1350506820979010>
- Seixas, M. A. (s.d.) *As operárias de Alcântara e as suas lutas antes e durante a I República*. UMAR.
- Woolf, V. (1929). A Room of one's Own. <http://pdftitles.com/book/14183/a-room-of-ones-own>
- Zylberberg-Hocquard, M.-H. (1978). *Féminisme et syndicalisme en France avant 1914*. Anthropos.

Fontes primárias

BTE – Boletim do Trabalho e Emprego

JORAA – Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira

JORAM – Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira